

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E DEFINIÇÕES PARA CONSUBSTANCIAR O PROCESSO FORMATIVO NA CONTEMPORANEIDADE

CURRICULUM AND ASSESSMENT: CONCEPTS AND DEFINITIONS TO CONSOLIDATED THE TRAINING PROCESS TODAY

CURRÍCULO Y EVALUACIÓN: CONCEPCIONES Y DEFINICIONES PARA CONSUBSTANCIAR EL PROCESO FORMATIVO EN LA CONTEMPORANEIDAD

LICENÇA CC BY:

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte original.



Lima, Selena Castiel Gualberto
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Hecktheuer, Fábio Rychcki
Faculdade Católica de Rondônia

Artigo recebido em: 12/03/2022

Aprovado em: 27/06/2023

Resumo: Este estudo insere-se na compreensão da dialogicidade acerca de concepções e definições de Currículo e de Avaliação, diante de um novo processo formativo que deve ser norteado em conformidade com as necessidades do perfil de aluno da contemporaneidade. Essa postura formativa deve ser refletida, uma vez que a sociedade exige, para o mercado de trabalho, um indivíduo autônomo com conhecimento integral, que desenvolva suas atividades, por meio de raciocínio lógico, de competências, de habilidades, a otimização e a celeridade necessárias. Nesse sentido, o apanhado epistemológico deste estudo viabiliza o entendimento científico sobre os dois objetos em tela, uma vez que integram discussões políticas, sociais e culturais que perduram há tempos no campo educacional. Ademais, ressalta-se que o currículo é o documento que regulamenta a prática educacional em sala de aula, enquanto a avaliação verifica a assimilação do conhecimento efetivado de maneira sistematizada para formação plena do sujeito, perante suas ações pessoais e profissionais, coletivas ou individuais. Todavia, para que a educação seja qualitativa, é imprescindível que todos os envolvidos no processo educacional saibam essas conceitualizações e definições, a fim de que o conhecimento não seja propagado como um rol a ser aplicado, mas que faça parte da ação transformadora para o exercício da cidadania dos estudantes na sociedade de forma legítima e integral.

Palavras-chave: Currículo; Avaliação; Concepções; Definições.

Abstract: This study is part of the understanding of dialogicity about concepts and definitions of Curriculum and Assessment, in light of a new training process that should be guided so that it prepares students with the profile demanded of them in today's environment. This training posture must be reflected, as society demands, for the job market, an autonomous individual with comprehensive knowledge, who develops their activities with logical reasoning, skills, abilities, optimization and the necessary speed. This epistemological overview provides a scientific understanding of the two objects in question, as they form part of longstanding political, social and cultural discussions in the field of education. Furthermore, it is emphasized that the curriculum is the document that regulates the educational practice in the classroom, while the assessment provides a systematic way of determining whether the knowledge has been assimilated, aiming at the full training of the subject



to perform his or her personal, professional, collective or individual actions. However, for education to be qualitative, it is essential that all those involved in the educational process know these concepts and definitions, so that knowledge is not propagated as a role to be applied, but becomes part of the transforming action that will enable the students to exercise their citizenship in society, in a legitimate and integral way.

Key-words: Resume; Evaluation; Conceptions; Definitions.

Resumen: Este estudio se enmarca en la comprensión de la dialogicidad sobre conceptos y definiciones de Currículo y Evaluación, frente a un nuevo proceso formativo que debe orientarse de acuerdo con las necesidades del perfil del estudiante contemporáneo. Esta postura formativa debe reflejarse, ya que la sociedad demanda para el mercado de trabajo, un individuo autónomo con conocimientos integrales, que desarrolle sus actividades, a través del razonamiento lógico, destrezas, habilidades, optimización y la rapidez necesaria. En ese sentido, el recorrido epistemológico de este estudio posibilita la comprensión científica de los dos objetos en cuestión, ya que integran discusiones políticas, sociales y culturales que se prolongan por mucho tiempo en el campo educativo. Además, se destaca que el currículo es el documento que regula la práctica educativa en el aula, en tanto que la evaluación verifica la asimilación de conocimientos realizada de forma sistemática para la formación integral del sujeto frente a su accionar personal y profesional, colectivo o individuo. Sin embargo, para que la educación sea cualitativa, es fundamental que todos los involucrados en el proceso educativo conozcan estas conceptualizaciones y definiciones, para que el conocimiento no se propague como un rol a aplicar, sino que sea parte de la acción transformadora para el ejercicio del conocimiento ciudadanía de los estudiantes en la sociedad de manera legítima e integral.

Palabras clave: Reanudar; Evaluación; concepciones; Definiciones.

Introdução

O campo educacional é uma organização com finalidade social que tem como função primordial a práxis pedagógica, o desenvolvimento de identidades, a autonomia e a ampliação plena de conhecimentos de forma sistematizada. Dessa forma, todo o processo de ensino e aprendizagem deve ser realizado em conformidade com os novos pressupostos legais que regulamentam a educação, através das bases curriculares e dos processos avaliativos que evidenciam e asseguram as premissas da qualidade frente à sociedade contemporânea.

Além disso, tornar-se-á salutar que ocorra o engajamento de pessoas para efetivar ações de caráter social ou individual, com vistas a nortear a formação do comportamento humano, bem como priorizar que a educação envolva as questões cognitivas, intelectuais e socioemocionais.

Nessa interface, ressalta-se a necessidade de atender aos desafios postos pelas orientações e normas vigentes da atualidade, no que tange à prática pedagógica do professorado, sendo assim, importante olhar de perto os processos educacionais, os seus sujeitos, as suas complexidades, as suas rotinas e fazer as indagações sobre suas condições concretas, sua história, seu retorno e sua organização voltada para a visão global de mundo do alunado.

Nesse contexto, o professor é a mola propulsora para desenvolver o currículo e administrar o ato de avaliar, para que a aprendizagem contemple todos os aspectos e sejam



garantidas as dimensões plenas, integralizando os saberes. Pois, como mensura Sacristán (2000, p. 7), “praticar o currículo é desenvolver uma realidade muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc.”.

Em relação à avaliação, cabe ao professor saber se os estudantes estão aprendendo para acompanhar a sua progressão, formando nessa interface a própria imagem e o protagonismo responsabilizador na busca do próprio conhecimento. A esse respeito, enfatiza Luckesi (2018, p. 23) que o ato de avaliar, “como qualquer outra prática investigativa, tem por objetivo, exclusivamente, revelar algo a respeito da realidade”. Assim, a avaliação revela também o diagnóstico cognitivo e a qualidade do ensino, mostrando a necessidade de futuras tomadas de decisão para alcançar os objetivos da aprendizagem.

Dessa forma, o elencado artigo visa, por meio de uma abordagem qualitativa com objetivo exploratório-descritivo e, através de apontamentos bibliográficos, a fazer um diálogo epistemológico sobre as definições de currículo e de avaliação, apontando concepções e definições de autores que se dedicam a discutir a temática.

Frisa-se que tanto o currículo quanto a avaliação são essenciais para a prática pedagógica que busca priorizar a aprendizagem significativa, a qual, por sua vez, visa a formar, por meio de ações interventivas que garantam as premissas da qualidade educacional, a construção de uma identidade cidadã.

Em linhas gerais, portanto, a compreensão desses objetos viabiliza resultados que promovam a qualidade, a equidade e a igualdade para todos os cidadãos desse país que buscam o conhecimento.

Concepções de currículo

Ressalta-se a importância de discutir o currículo na contemporaneidade, a fim de compreender o real significado desse documento orientador que evidencia as ações educacionais para assegurar os processos formativos e o direito ao conhecimento.

A concepção de currículo pode ser atrelada aos múltiplos signos e significados exequíveis dele, das certezas e das incertezas, do prescrito ao científico e, até mesmo, do instituído.

O currículo é como uma dimensão educativa complexa, na qual é necessário conhecer “práticas políticas e administrativas” que se expressam em seu desenvolvimento, às condições estruturais, organizativas, materiais, dotação de professorado, à bagagem de ideias e significado que lhe dão forma e que o modelam em sucessivos passos de transformação (SACRISTÁN, 2000, p. 21).

Diante dessa perspectiva, pode-se compreender que o referencial curricular não é um aglomerado neutro de conhecimentos, nem tampouco realizado de qualquer forma, mas é o norte de compromissos para alcançar os objetivos que consubstanciam todo o processo educacional.



Não obstante, para a promoção de uma discussão, se faz primordial entender a existência da dubiedade em torno das concepções de currículo, por se tratar da dimensão constituinte do fazer educacional, à vista que ocorrem mudanças nesse documento, de acordo com a sociedade que se deseja formar. Moreira (2001, p. 3-4) discorre que

A literatura especializada tem registrado, ao longo dos tempos, diferentes significados para a palavra currículo. Dominam, dentre eles, os que associam currículo a conteúdos e os que veem currículo como experiências de aprendizagem. Outras concepções apontam para a ideia de currículo como plano, como objetivos educacionais, como texto e, mais recentemente, como quase sinônimo de avaliação.

Nesse diálogo com Moreira (2001), Lima, Zanlorenzi e Pinheiro (2012, p. 21) frisam que discutir sobre o currículo “requer conhecimento sobre o que o ser humano produziu e produz ao longo da história, bem como os saberes elaborados por ele que são apropriados e modificados a cada geração”.

Assim, pode-se delimitar que o currículo tem como concepção o conjunto de conteúdos que devem ser trabalhados pelos professores, independentemente da etapa educacional, visto que este tem em seu escopo a legitimação dos saberes que devem ser executados para a produção dos conhecimentos.

Além disso, o termo currículo mensura o planejamento futuro, o caminho a ser percorrido daquilo sobre o qual o aluno irá aprender. De acordo com Goodson (2012, p. 31),

a proposta original do currículo, enfatiza que este servia para fazer a prescrição de conteúdos idealizados, com o propósito de conduzir o percurso dos ensinamentos do professor, se tornando evidente ao analisar a sua etimologia, que é decorrente da “[...] palavra latina *Scurrere*, que tem por significação o termo: correr e refere-se a curso”.

Nesse contexto, discorrer sobre esse objeto é enfatizar as discussões políticas educacionais de todos que estão compreendidos no processo educacional, visto que o currículo deve ser definido como conjunto de saberes envolvidos às questões econômicas, políticas, culturais, sociais e históricas, ou seja, conhecimentos necessários da formação humana para a vida.

Nesse sentido, os saberes curriculares seriam os conteúdos que caracterizam o trabalho escolar, as atividades chamadas nucleares, ou seja, é a escola desempenhando seu papel educativo, independente de outras atividades secundárias (SAVIANI, 2013).

Assim, sinteticamente o currículo é o resultado de uma prática executada para integralizar os saberes e os direitos dos cidadãos, englobando os conteúdos, os



conhecimentos, as competências, as habilidades, as atitudes, os valores e as experiências que serão fixadas pelo professorado em sala de aula, na perspectiva de habilitar a autonomia e o desenvolvimento pleno no que tange ao cognitivo, intelecto e aspecto socioemocional.

Feldmann (2009, p. 71) traz uma contribuição norteadora, a qual aponta o professor como executor responsável pelo currículo em sala de aula, ao delimitar que o perfil deste profissional “está centrado no sujeito que professa saberes, valores, atitudes, que compartilha relações e, junto com o outro, elabora a interpretação e reinterpretação do mundo”.

Entretanto, diante das inúmeras mudanças que ocorreram no campo educacional, principalmente com o advento das tecnologias, é prioritária a importância de compreender o currículo, pois o saber e a informação são necessários para atuar na sociedade das urgências e emergências. Nessa direção, Tezani (2016, p. 30) faz uma colocação:

Entendemos currículo como algo em movimento: se forma e ganha significado quando adentra o universo da prática pedagógica. Essa prática escolar ocorre diante de uma realidade curricular determinada por um sistema educativo e que está intrinsecamente relacionada aos interesses relativos à qualidade do ensino.

Diante do exposto, entende-se que o currículo está interligado aos processos educacionais contemporâneos, para que o ensino seja norteado pela formação humana mediante a organicidade do currículo.

Sacristán (2013, p. 09) diz que o “currículo e sua implementação têm condicionado nossas práticas de educação”, portanto, ele é um “componente formador/edificador da realidade do sistema de educação no qual vivemos, sendo possível afirmar que o currículo dá forma à educação”. Essa ideia de concepção do currículo não é apenas um contexto teórico, mas é propagado com a ferramenta que regula as práticas pedagógicas com a finalidade de resultados voltados para assimilação do conhecimento.

Nessa dialogicidade epistemológica entre Sacristán (2000) e Moreira (2005), contextualiza-se a mesma ideia, quando dizem que a instrumentalização são os conteúdos e estes devem concretizar na escola, direcionando a atenção para o fazer pedagógico na sala de aula.

Sob esse prisma, percebe-se que o currículo perpassa todo tecido social, mostrando-se de várias formas em diversos contextos, se molda à medida que há necessidade, e molda a vida das pessoas, atingindo seu modo de viver e agir. Com a mesma ideia, Sacristán (2000), Moreira (2005), e Forquin (1993, p. 25) destacam que o currículo

[...] constitui na verdade “um dos meios essenciais pelos quais se acham estabelecidos as trações dominantes do sistema cultural de uma sociedade”, no mínimo pelo papel que ele desempenha da gestão do estoque de conhecimentos de que dispõe a sociedade, sua conservação, sua transmissão, sua distribuição, sua legitimação, sua avaliação.



Esse papel é de suma importância, uma vez que a própria terminologia de currículo serve para planejar algo para o futuro, algo que aponte a melhoria da qualidade educacional. Moreira e Silva (2005, p. 8) ressaltam, assim, que o currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

É preciso, todavia, ante ao exposto, mensurar que não se trata de um rol de conteúdos, mas de ações que promulgam o ensino pelos professores em sala de aula, mediante a efetivação de conhecimentos envoltos em questões econômicas, políticas, culturais, sociais e históricas, ou seja, a formação humana para a vida do indivíduo na sociedade.

Doravante Silva (2009, p. 11) menciona o “currículo como o objeto que precede a teoria, a qual só entraria em cena o professor para descobri-lo, descrevê-lo e explicá-lo”. Todo processo formativo tem como instrumento o currículo para preconizar o conhecimento de forma qualitativa, pois a contextualização dos seus pressupostos é legitimada para propagar o conhecimento que o sujeito adquiriu pelo bem comum da sociedade.

Arroyo (2007, p. 19) faz algumas indagações quanto à organização do trabalho docente: “O que ensinamos? Como ensinamos? Com que ordem, sequência e lógicas? E, em que tempos e espaços são os condicionantes de nossa docência?”

O currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequenciação, suas hierarquias e cargas horárias são o núcleo fundante e estruturante do cotidiano das escolas, dos tempos e espaços, das relações entre educadores e educandos, da diversificação que estabelece entre os professores (ARROYO, 2007, p. 18).

Diante de todo contexto mencionado, frisa-se que no âmbito educacional é imprescindível a construção de oportunidades, para que o aluno desenvolva competências e habilidades para utilizar no cotidiano.

Assim, nessa interface formativa, cabe à escola olhar o aluno como um ser em formação que precisa viver situações para a promoção de uma aprendizagem significativa com bases a viabilizar o diálogo, a criticidade e a reflexão sobre as suas atitudes por meio de consciência democrática.

Contextualiza Lima (2007, p. 20) que o “currículo para formação humana é aquele orientado para a inclusão de todos ao acesso dos bens culturais e ao conhecimento, estando, assim, a serviço de toda a diversidade”, proporcionando reflexões e mudanças comportamentais enquanto ser social.

Nesse sentido, o currículo compreende toda a organicidade escolar que alicerça o professor para efetivação da construção dos conhecimentos e valores que visam o exercício reflexivo e de significações para os educandos em sua atuação pessoal ou profissional.



Não obstante, a lógica da efetivação do currículo deve seguir uma dinamicidade racional que operacionaliza todas as teorizações e experiências acerca do conhecimento a ser propagado através dos professores para consubstanciar nos alunos os princípios da formação das dimensões da pessoa humana. Isso, porque, o currículo é uma forma de organização da vida escolar e, portanto, deve estar pautado na justiça social, o que ocorre à medida que essa organização respeita as necessidades dos diversos grupos sociais existentes em cada sociedade (SANTOMÉ, 2013).

Além disso, o currículo é o documento vivo conectado com os mecanismos tecnológicos e questões atuais que precisa ser aplicado e legitimado para o desenvolvimento pleno dos cidadãos. Todavia, sobre esse quesito, Sacristán (2000, p. 10) apresentou o seguinte posicionamento:

Então, não será fácil melhorar a qualidade do ensino se não se mudam os conteúdos, os procedimentos e os contextos de realização dos currículos. Pouco adiantará fazer reformas curriculares se estas não forem ligadas à formação dos professores. Não existe política mais eficaz de aperfeiçoamento do professorado que aquela que conecta a nova formação àquele que motiva sua atividade diária: o currículo.

O autor traz uma reflexão, que para executar o currículo torna-se salutar a compreensão das concepções e da importância deste documento para ação professoral. Somente assim, os processos formativos serão envoltos de múltiplos aspectos que repercutirão na qualidade da educação, coexistindo a criação de várias perspectivas curriculares, cada uma construída a partir de um olhar das práticas culturais, políticas, administrativas, de um universo mais amplo de conhecimento e de saberes, de valores e da justiça social. Afinal, "o currículo é um confronto de saberes, o saber sistematizado, indispensável à compreensão crítica da realidade, e o saber de classe que o aluno representa e que é o resultado das formas de sobrevivência que as camadas populares criam" (VEIGA, 2007, p. 92). Assim, é essencial não perder de vista que a escola é o local de maior privilégio social, no que se refere ao desenvolvimento dos conhecimentos importantes e relevantes que possibilitam a construção sintética da realidade generalizada de mundo.





Teorias do currículo

Diante do contexto de currículo supracitado, faz-se necessário entender as teorias que versam sobre este documento norteador para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Ademais, frisa-se que a teoria curricular tem em seus pressupostos as bases para compreensão e descrição dos fenômenos da prática pedagógica a ser executada mediante a intencionalidade de um suposto grupo social. Para tanto, ao evidenciar sobre currículo, pode-se destacar as três teorias existentes denominadas como: tradicional, crítica e pós-crítica.

A teoria tradicional tem como objetivo defender a aquisição de habilidades intelectuais, conforme as práticas de memorização. Seu surgimento se deu nos Estados Unidos por meio das ideias teóricas de John Franklin Bobbitt (1876-1956). Bobbitt, no ano de 1918, escreveu sobre o currículo em uma fase no qual a educação nos EUA estava passando por momentos conturbadores.

Para tanto, Silva (2009, p. 23) ressalta que “as intervenções de Bobbitt eram claramente conservadoras, embora buscassem transformar o sistema educacional naquele momento”.

As características dessa teoria estão consolidadas em um ensino:

- humanístico de cultura geral;
- centrado na essência do intelecto;
- centrado no conhecimento;
- em que o homem era constituído por uma essência imutável;
- em que o ensinar deveria ser de caráter verbalista, autoritário e inibidor da participação do aluno; os conteúdos enciclopédicos, descontextualizados;
- voltado à valorização do conteúdo, do aspecto intelectual, da disciplina;
- centrado no professor, que deve dominar os conteúdos;
- feito mediante repasse de conhecimentos; e
- como um processo de condicionamento e mecanização da aprendizagem.

A sua teoria propunha que a escola funcionasse de acordo com uma empresa comercial ou industrial. O sistema educacional deveria ser capaz de especificar os resultados que se pretendia obter de forma precisa. Essa teorização de Bobbitt era organizada para a administração econômica idealizada por Frederick Taylor (1856-1915), que delimitava o currículo como questão de gestão e organização, devendo ocorrer de forma mecânica e burocrática.

Segundo Silva (2009), a teoria tradicional de currículo busca a neutralidade, tendo como escopo principal promover a identificação dos objetivos da educação escolarizada, formando o trabalhador especializado ou proporcionando uma educação geral e acadêmica. Essa forma de organização e de concepção de currículo perdurara até a década de 1960, quando foi originada a Teoria Crítica. Essa, por sua vez, fundamentada pela não existência de uma teoria neutra ou isolada, visto que toda a teoria tem em seu escopo as relações de poder.

Nessa teoria, a finalidade estava em propor que as disciplinas e conteúdos deveriam ser reproduzidos através de questões que estimulassem a criticidade dos sujeitos para o



exercício da cidadania na sociedade, conforme a problemática social. Considerando essa afirmação, Moreira e Silva (2005, p. 7) mencionam que uma “visão crítica sobre o currículo é considerada um artefato social e cultural”. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla das determinações sociais de sua história, de sua produção contextual. Dessa forma, considera o currículo como um artefato social e cultural e explica em seguida. Ou seja, é um instrumento que envolverá os indivíduos numa sociedade, o qual incidirá no modo como os indivíduos viveram e farão sua história e suas produções. Isso ocorreu na década de 1960, por influência de inúmeros movimentos sociais e culturais que promoviam discussões sobre o pensamento, a estrutura educacional e a teoria tradicional do currículo.

A teoria crítica fundamenta a concepção de currículo nas relações sociais vinculadas ao poder e, ainda, o percebe como um elemento que vocaciona a liberdade em espaço cultural e social de lutas que se materializam nas instituições escolares via disciplinas e conteúdos, numa perspectiva de reprodução da desigualdade social, enfatizando que os estudantes saem da escola e não conseguem aprender as habilidades postas pela classe dominante (SACRISTÁN, 2000).

Suas características estavam em:

- criticar os processos de convencimento;
- adaptar e reprimir a hegemonia dominante;
- contrapor o empirismo e o pragmatismo das teorias tradicionais;
- defender a razão iluminista e a racionalidade técnica;
- qualificar a escola como reprodutora de hegemonia dominante e de desigualdades sociais.

A base dessa teoria crítica do currículo foi feita nas ideias da dialética-crítica de Karl Marx (1818-1883). E, diante disso, para Silva (2009, p. 29-30)

[...] as teorias críticas do currículo efetuam uma completa inversão nos fundamentos das teorias tradicionais [...]. As teorias críticas sobre o currículo, em contraste, começam por colocar em questão precisamente os pressupostos dos presentes arranjos sociais e educacionais. As teorias críticas desconfiam do *status quo*, responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais.

Impulsionados pela ideia de Marx (1818-1883), naquele momento histórico, acerca do currículo surgem alguns renomes que se dedicaram a discutir sobre o referido objeto, dentre estes estão: Louis Althusser (1918-1990), Pierre Félix Bourdieu (1930-2002), Jean Claude Passeron (1930-2020), Christian Baudelot (1938), Roger Establet (1938) e, no Brasil, a figura maior foi o educador Paulo Freire (1921-1997).

As concepções desses renomados pautavam em entender que o capitalismo era o responsabilizador ideológico da economia que determinava qual o perfil que seria formado na escola para atuar no mercado. Sugestiona Silva (2009, p. 33) que assim a “escola contribuiu para esse processo não propriamente através do conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espalhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho”.



Em face desses pressupostos, os saberes, a partir da teoria curricular, consistiam em efetivar o conhecimento para as ideologias, para a reprodução cultural e social, para o poder, para a divisão de classes sociais, para o capitalismo, para as relações sociais de produção, para a conscientização, para a emancipação e libertação, para o currículo oculto e para a resistência.

Dessa forma, a teoria crítica mensurou a educação como responsável pela exclusão social, fazendo um paradoxo daqueles que não conseguiam alcançar o conhecimento e, ao mesmo tempo, estabelecendo dubiedade entre as classes sociais.

Doravante, surgiu, em 1970, a Teoria Pós-crítica que trouxe uma proposta curricular de desenvolvimento do ensino através da relação de gêneros de alguns grupos étnicos, conforme os pressupostos da modernidade, de acordo com a cultura patriarcal e a razão da ciência, ou seja, uma proposta multiculturalista. Segundo Silva (2009, p. 85), "o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados [...] para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional".

Suas características estavam envoltas em:

- enfatizar a indeterminação;
- dar relevo a incerteza no conhecimento;
- ressaltar os significados culturais, socialmente produzidos, envoltos nas relações de poder;
- questionar os significados ligados à religião, à política, à ciência.

Assim, o documento curricular previa a diversidade das questões históricas e políticas, que valorizassem todos os grupos sociais, sem distinções e preconceitos, e com igualdade para todos, independentemente da forma de agir, pensar ou se comportar.

Compreende-se, desse modo, que discutir as teorias do currículo é buscar a significação de um documento que delinea os saberes a serem aplicados por meio de dinâmica interativa e organizada, uma vez que o currículo posiciona o ensino através de uma intencionalidade econômica, política, cultural e social.

Avaliação na contemporaneidade

Avaliar não é uma ação simples e exige domínio de conhecimentos e de técnicas, além de experiências de processos concretos, segundo Romão (2011, p. 49). Nesse aspecto, o ato de avaliar é formado por uma prática constitutiva do ser humano para verificar se adquiriu determinado conhecimento, por meio de uma experiência que deve ser feita de maneira sistematizada e organizada.

Além disso, Luckesi (2018, p. 25) frisa que, do ponto de vista da compreensão epistemológica, "o ato avaliativo, importa, por agora, ter ciência que ele é constitutivo do ser humano, independente da justeza ética e social das escolhas que possam ser feitas".

Nessa perspectiva, a avaliação geralmente é atrelada ao campo educacional para verificação dos conhecimentos ministrados, a fim de mensurar o diagnóstico e, ao mesmo



tempo, a progressão dos saberes adquiridos. Dessa forma, Libâneo (2013, p. 217) evidencia que a "avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho".

Para tanto, a avaliação visa a contribuir de modo significativo para a efetivação das atividades educacionais, nas quais os seus resultados possibilitam a tomada de decisão para o enriquecimento do trabalho pedagógico e metodológico do professor em sala de aula.

A esse respeito, na definição de Perrenoud (1993, p. 173), a avaliação é um processo essencial para o trabalho do professor, visto que

[...] ajuda o aluno a aprender e o professor a ensinar. A ideia base é bastante simples: a aprendizagem nunca é linear, procedem por ensaios, por tentativas e erros, hipóteses, recuos e avanços: um indivíduo aprenderá melhor se o seu meio envolvente for capaz de lhe dar respostas e regulações sob diversas formas [...].

Nessa **ação**, Vasconcellos (1998, p. 105) contribui mencionando que "quando se avalia não se faz o ato somente do aluno, mas faz-se também do currículo empregado, dos recursos didáticos, sobre as condições de trabalho, estrutura do espaço educativo". A afirmativa de Vasconcellos relembra que, ao efetuar a aplicabilidade de uma avaliação, todos os seus resultados serão o reflexo de uma atividade exercida pelo professorado, pela estrutura física do ambiente, pela organização pedagógica da escola e pelas formas de assimilação do alunado. Entende-se assim que, o ato de avaliar propicia alterações em práticas ao reinventar o formato de novas posturas professorais por meio da reflexão, bem como do olhar que contemple a aprendizagem em sua totalidade.

Dialogando com Lima (2007), Vasconcellos (1998, p. 83) destaca algumas ações importantes a serem consideradas quando se avalia a aprendizagem, a saber:

- Propiciar a elaboração da síntese do conhecimento por parte do educando;
- Localizar as necessidades (seja dos alunos, do professor, da escola ou do contexto), para poder trabalhar em direção à superação;
- Dar oportunidades para os alunos refletir e tomar consciência de sua aprendizagem, de seus relacionamentos em sala, de seus processos mentais (atividade metacognitiva), autolocalizando-se.

Além de seguir esses aportes de Vasconcellos, cabe aos profissionais compreenderem que todo o processo avaliativo vem precedido de diálogos, para que o aluno entenda que ele também é o protagonista desse processo, sendo o responsável na busca da sua autonomia e na integralização dos saberes com o auxílio do professor. Weisz (2002, p. 94), nesse sentido, destaca que

a chave para a construção do conhecimento é o diálogo, sem ele, o professor e o aluno representam apenas máquinas, onde cada um desempenha seu papel, sem comunicação mútua, sem a discussão de ideias e a troca de experiências. Essa troca de experiências e a conversação entre ambos também desempenha um papel importante na hora da avaliação.



A partir da interação, a avaliação em sala de aula será a base de **superação das fragilidades encontradas** e, ao mesmo tempo, a chave para buscar soluções conjuntas que garantam o processo de ensino e aprendizagem. Isso, por conseguinte, norteará os estudantes na assimilação do conhecimento e no desenvolvimento do exercício da cidadania de forma consciente dos seus direitos e deveres. Loch (2000, p. 31), à luz desse prisma, enfatiza a nova concepção de pensar a avaliação quando estamos em um processo formativo, uma vez que defende que

Avaliar não é dar notas, fazer médias, reprovar ou aprovar os alunos. Avaliar, numa nova ética, é sim avaliar participativamente no sentido da construção, da conscientização, busca da autocrítica, autoconhecimento de todos os envolvidos no ato educativo, investindo na autonomia, envolvimento, compromisso e emancipação dos sujeitos.

Ainda nesse pensamento contemporâneo de olhar a avaliação, Luckesi (2018, p. 117) ressalta que

A avaliação é a parceira constante a nos sinalizar a qualidade de tudo aquilo que nos envolve, interna e externamente e, como consequência, nos subsidia a tomar decisões com o objetivo de obter resultados bem-sucedidos na ação do ensino.

Por sua vez, Vasconcellos (1998, p. 83) frisa que o ato de avaliar deve ser refletido pelo professor, ao pensar na melhor forma de consubstanciar a aprendizagem, pois “dentro de uma visão democrática da educação a avaliação tem por objetivos”:

- Propiciar a elaboração da síntese do conhecimento por parte do educando;
- Localizar as necessidades (seja dos alunos, do professor, da escola ou do contexto), para poder trabalhar em direção à superação;
- Dar oportunidades para os alunos refletir e tomar consciência de sua aprendizagem, de seus relacionamentos em sala, de seus processos mentais (atividade metacognitiva), autolocalizando-se;
- Buscar a finalidade precípua da avaliação na aprendizagem não é, pois, medir bem ou julgar bem. É captar as necessidades, para se comprometer com sua superação.

Contudo, anseia-se por novos olhares sobre as concepções no que tange à avaliação, visto que em tempos contemporâneos, a urgência pela otimização e celeridade advinda pelas tecnologias, também preconizou mudanças no perfil de aluno a ser formado para atuar na sociedade.

Definições de currículo e avaliação

Doravante após esboçar as concepções, apontam-se, nesta seção, as definições de currículo e avaliação. Para tanto, existem muitas que mencionam que o currículo não é neutro, mas sim está interligado e legitimado para o processo de formação de pessoas, sua existência se pautando em orientar ações pedagógicas e sendo concebido pela intenção de mundo daqueles que o constroem.

Sacristán (2000, p. 14) perfila algumas considerações a respeito da definição de currículo, como:



[...] conjunto de conhecimentos e matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo, nível educativo ou modalidade de ensino, é a acepção mais clássica e desenvolvida, o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor, no qual o currículo também foi entendido, às vezes, como resultados pretendidos de aprendizagem.

Nesse sentido, pode-se ressaltar que o currículo é o caminho que será trilhado para a ação formativa no âmbito escolar de forma organizada e sistematizada, a fim de nortear a progressão do conhecimento através das etapas educacionais. Trata do percurso em que os alunos adquirem saberes para alcançar ascensão social em seus projetos pessoais e individuais no perfilar de suas vidas, relativas ao ensino; não é uma lista de conteúdo, mas é uma organização que garante a qualidade do processo de aprendizagem.

De acordo com Silva (2009, p. 16), ao se discutir currículo, é preciso pensar além de um rol de conteúdos, pois,

Quando pensamos em currículo, pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento constituído no currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos na nossa identidade, na nossa subjetividade.

Nesse escopo, o currículo é o núcleo central da educação escolar e a sua definição deve ser circunscrita como o conjunto de atividades e experiências pedagógicas desenvolvidas cotidianamente na sala de aula para alcançar o conhecimento.

Ressalta-se que o currículo vai além das narrativas documentais feitas pelos documentos oficiais, ele pode chegar de forma oculta e proporcionar a aplicabilidade de vivências a serem aplicadas no processo educacional. Diante desse contexto, Moreira e Candau (2008, p. 18) demarcam que

O currículo está associado, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com as intenções educativas. Por esse motivo, a palavra tem sido usada para todo e qualquer espaço organizado para afetar e educar pessoas, e que explica o uso de expressões como o currículo da mídia, o currículo da prisão, etc. Nós, contudo, estamos empregando a palavra currículo apenas para nos referirmos a atividades organizadas por instituições escolares. Ou seja, para nos referirmos à escola.

Entretanto, enfatiza que a definição do currículo não pode ficar alheia às inúmeras discussões que o cerca, bem como as disputas de forças do governo, no sentido de delegar os interesses políticos, econômicos e pedagógicos para a formação da identidade dos estudantes. Moreira e Silva (2005, p. 11) sugerem que





O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades, tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis, ou seja, a definição do currículo a ser empreendido na escola denota o tipo de aluno que se pretende formar e, por conseguinte, a sociedade que se pretende.

Partindo, então, desta assertiva, cabe apresentar algumas ideias sobre as definições no que tange à avaliação. Assim, de maneira inicial, Esteban (2000, p. 24) definiu avaliação como

o processo de reflexão sobre e para a ação do professor para que se torne cada vez mais capaz de recolher indício, de atingir níveis de complexidade na interpretação de seus significados, e de incorporá-los como eventos relevantes para a dinâmica ensino/aprendizagem.

Dessa maneira, as definições sobre avaliação prescrevem a importância de refletir sobre o ato de avaliar, pela significativa dimensão que essa ação pedagógica possui em sua práxis, principalmente em tempos hodiernos. Contribuindo com essa ideia, Hoffmann (2001, p. 18) declara que a definição atual de avaliação deve seguir norteamentos, pois

Os estudos contemporâneos [...] apontam novos rumos teóricos, tendo como diferencial básico o papel interativo do avaliador no processo, influenciando e sofrendo influências do contexto avaliado. O que passa a conferir ao educador uma grande responsabilidade, por considerá-lo indelevelmente comprometido com o objeto da avaliação e com a sua própria aprendizagem do processo de avaliar.

Para isso, é preciso proporcionar intervenções pedagógicas a partir dos resultados da avaliação para curto, médio e longo prazos, no sentido de consubstanciar as premissas qualitativas do saber e do direito educacional. Demo (1995, p. 47) menciona que “para compreender a qualidade da ação educativa ao avaliar, precisa-se vincular a mesma à formação dos alunos para cidadania e vida, mediante a qualidade e competência humanizadora formalmente preparado”.

Diante do exposto, a avaliação pode ser definida como prática pedagógica aliada ao saber, desde que seja aplicada para levantar o diagnóstico da assimilação dos conhecimentos efetivados em sala de aula, lembrando que todo o processo educacional precisa ser evidenciado para o desenvolvimento pleno dos estudantes.

contrapontos



Conclusão

Ao perfilar o panorama sobre concepções e definições de currículo e avaliação através do campo epistemológico, foi possível realizar uma dialogicidade conceitual para o entendimento acerca dos dois objetos, visto que ambos são essenciais para configurar a função social da escola.

Quando analisados os aportes da revisão bibliográfica, observou-se que as concepções sobre o currículo e sobre a avaliação podem contribuir com o real significado de sua aplicabilidade, a fim de consubstanciar o desenvolvimento pleno dos alunos. Isso, por conseguinte, por meio das competências, das habilidades e dos direitos de aprendizagem que delimitam a igualdade e a equidade.

Não obstante, muitos ainda confundem o currículo com um rol conteudista a ser aplicado em sala de aula pelos professores no cotidiano escolar. Sendo, entretanto, tratar-se de um documento curricular que visa à organização sistematizada do processo educacional em sua totalidade.

É importante ressaltar que nessa tratativa de delinear as concepções de avaliação, percebeu-se sua ação mensurada em diagnosticar o estudante e, ao mesmo tempo, viabilizar parâmetros para colaborar com a evidência de práticas pedagógicas que auxiliem em diminuir as fragilidades e delimitem a assimilação do conhecimento.

Nessa interface, todavia, cabe aos educadores ter o entendimento real desses dois objetos, para que planejem atividades coerentes, voltadas ao desenvolvimento da autonomia e, assim, proporcionem conhecimentos para o protagonismo individual da ordem plena do processo formativo.

Mensurar sobre currículo e avaliação neste artigo é perceber que as elencadas temáticas precisam ser discutidas e promulgadas para a sociedade, visto que a educação promove no cidadão, a depender do processo de escolarização deste, a consciência dos seus direitos e deveres para atuar na sociedade.





Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagação sobre currículo:** educando e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise.; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. (org.).

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

ESTEBAN, Maria Tereza. **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FELDMANN, Marina Graziela (org.). **Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade.** São Paulo: Editora Senac, 2009.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura:** as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

GOODSON, Ivor F. **Currículo:** Teoria e História. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover:** as setas do caminho. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2013.

LIMA, Michele Fernandes; ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchack; PINHEIRO, Luciana Ribeiro. **A função do currículo no Contexto Escolar.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

LIMA, Elvira Souza. **Indagação sobre currículo:** currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação: uma perspectiva emancipatória. *In: Química na Escola*, n. 12. novembro. 2000. Disponível em: <http://qnesc.s bq.org.br/online/qnesc12/v12a07.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em educação:** questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

MESQUITA, Afonso Mancuso; FANTIN, Fernanda Carneiro Bechara; ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira (org.). TEZANI, T.C.R. Considerações teóricas. *In: Currículo comum para o ensino fundamental.* Bauru: Prefeitura Municipal de Bauru, 2016. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_educacao/curriculo_ef2.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008. DOI: 10.1590/S1413-24782008000300017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/FJhjXYkH5FgCjrWTBsqr7Vf/>. Acesso em: 11 jul. 2021.



MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz. Tadeu (org.). **Sociologia e teoria crítica do currículo**: uma introdução. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n17/n17a04.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2021.

PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma aprendizagem sistêmica da mudança pedagógica. *In*: Estrela, Albano.; NÓVOA, Antônio. **Avaliações em Educação**: novas perspectivas. Porto, Portugal: Porto Editora, 1993.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Editora Penso, 2013.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de Troia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: 2013.
SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança – por uma práxis transformadora. São Paulo: Libertad, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

WEISZ, Telma. **O Diálogo Entre o Ensino e a Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2002.

